



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Parecer Jurídico

PJ Nº: 38944/CONJUR/GABSEC/2024

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

- Número: 2022/0000002660

- Data Protocolo: 25/01/2022

Empreendimento

- Nome/Razão Social/Denominação: FRIGOL S.A. - FRIGOL

Assunto

parecer jurídico

ANÁLISE JURÍDICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO INFRACIONAL.
PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Em 07/01/2022, esta SEMAS, por meio do técnico responsável, lavrou o Auto de Infração AUT-1-S/21-01-00433, em face de FRIGOL S.A (CNPJ: 68.067.446/0010-68), já devidamente qualificado, por descumprir os itens nº 1, 3, 4 e 5 todos itens constantes na Outorga nº 2135/2015, contrariando as exigências do órgão ambiental competente, contrariando o art. 81, Incisos III e IV, da Lei Estadual nº 6.381/2001 e art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Segundo o Relatório de Fiscalização nº. REF-1-S/22-01-00544, consta que foi recebido na GERAD/DIFISC documento nº 14155/2020 contendo Relatório Técnico nº 12636/GEOOUT/2020 referente ao descumprimento de condicionantes da Outorga nº 2135/2015 Em consonância com o referido Relatório citado que em seu teor expressa, que deveria ter sido encaminhado no ato do protocolo do pedido de renovação da Outorga nº 2135/2015, os seguintes documentos concernentes a cada item analisado, quais sejam:

- Item 1: Não foi cumprido ao passo que de acordo com o Relatório Técnico nº 12636/GEOOUT/20203 não foi apresentado pelo interessado documentos comprovando adequação do sistema. (Não Cumprido);



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 38944/CONJUR/GABSEC/2024

- Itens 3, 4 e 5: Continuando nesta toada, de acordo com o Relatório Técnico nº 12636/GEOOUT/20203 em relação ao item 3 que ocorre a cada 180 dias até o prazo de renovação da presente outorga, só foi protocolado um único Laudo de efluentes bruto e tratado referente ao prazo 26/04/2019, bem como no mesmo prazo foi protocolado um único Laudo do corpo Hídrico a montante e diante disso, verifica-se que os demais prazos anteriores e posteriores de realização dos Laudos não foram cumpridos;

- Ao item 4 que ocorre a cada 180 dias até o prazo de renovação da presente outorga e item 5 que ocorre a cada 365 dias até o prazo de renovação da presente outorga, não foram cumpridos;

Pelo exposto, e em cumprimento à determinação da CONJUR, conforme Parecer Jurídico Orientativo - PJO nº 09/CONJUR/GABSEC/2017, foi lavrado o Auto de Infração AUT-1-S/22-01-00433 por contrariar o Art. 81, incisos III e VI da Lei Estadual nº 6.381/2001 c/ Art. 66, Parágrafo Único, inciso II, do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Sendo assim, a partir dos acontecimentos descritos, foram lavrados os seguintes procedimentos em desfavor do autuado:

- Auto de Infração AUT-1-S/22-01-00433 descumprir os itens nº 1, 3, 4 e 5 todos itens constantes na Outorga nº 2135/2015, contrariando as exigências do órgão ambiental competente

Notificada do auto de infração por meio da Notificação nº 152815/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022, a autuada apresentou defesa administrativa no dia 23/05/22.

É o relatório.

2 DA DEFESA DO AUTUADO

Na defesa apresentada, o autuado alegou o seguinte:

1. Ausência de anexação da totalidade dos documentos a serem apresentados no ensejo da solicitação da Renovação da Outorga de Lançamento n. 2135/2015;
2. Não houve conduta da autuada, e nem descumprimento das condicionantes;
3. presença de apenas 01 (uma) testemunha, sem qualquer assinatura, apenas constando no auto e, servidora do órgão autuante;
4. Não houve operação em desacordo com a outorga;



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 38944/CONJUR/GABSEC/2024

Diante dos argumentos fáticos apresentados pela empresa Autuada, os autos do processo foram encaminhados para o setor técnico competente, que se manifestou no seguinte sentido:

1. As condicionantes previstas no título de Outorga nº 2135/2015 estabelecem prazos específicos para apresentação de relatórios comprobatórios.
2. Durante a análise do processo de renovação da Outorga nº 2135/2015, foi realizada pesquisa no Sistema Integrado de Monitoramento de Licenciamento Ambiental do Pará (SIMLAM/PA), mas não foram encontrados documentos que atestassem o cumprimento das referidas condicionantes, o que resultou na emissão do RT nº 12636/GEOOUT/2020.
3. Assim, foi constatado que o cumprimento das condicionantes ocorreu fora do prazo estipulado pela Outorga nº 2135/2015 e após a lavratura do auto de infração. Importante destacar que a documentação comprobatória foi apresentada exclusivamente na defesa, que consta nos autos do processo em questão;

Diante do exposto, conclui-se que as alegações de anulação do auto de infração carecem de fundamento fático e jurídico, motivo pelo qual não merecem prosperar.

2. FUNDAMENTACAO JURIDICA

Inicialmente, é importante salientar que no presente feito será aplicada a Lei Estadual nº 5.887/1995, em conformidade com o Parecer Orientativo em PAE nº 352800/2023, produzido em Parecer Jurídico nº 34149/CONJUR/GABSEC/2023, face aos princípios da segurança jurídica e do tempus regit actum na aplicação da norma vigente ao tempo do fato no que tange à matéria de direito material.

2.2. DA INFRACAO E DA TIPIFICACAO DA CONDUTA

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, protegido pela plena legalidade.

Nos termos do art. 120, §2º da Lei n. 5.887/95, a configuração da infração ambiental pressupõe o nexo causal entre a ação ou omissão do infrator e o dano. No caso em tela, a ação restou comprovada pelas informações constantes do Auto de Infração e do Relatório de Fiscalização. Assim, presentes a autoria e materialidade, resta comprovado que o autuado infringiu



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 38944/CONJUR/GABSEC/2024
os dispositivos a seguir elencados:

Decreto Federal n.º 6.514/2008

Art.66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R \$500,00 (quinhentos reais) a R \$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Lei Federal n° 9.605/1998

“Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.”

Lei Estadual n° 6.381/2001

Art. 81 Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos superficiais, meteóricos e subterrâneos, emergentes ou em depósitos:

- I - derivar ou utilizar recursos hídricos sem a respectiva outorga de direito de uso;
- IV - perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida outorga; e
- VI - infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instrução e procedimentos fixados pelos órgão ou entidades competentes.

Lei Estadual n°5.887/1995

Art. 118 Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:

- I - construir, instalar, ampliar ou fazer funcionar em qualquer parte do território do Estado, estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados, comprovadamente, efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, também, comprovadamente, sob qualquer forma de causar degradação ambiental, sem o prévio licenciamento do órgão ambiental ou com ele em desacordo;
- VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Evidenciada está, portanto, a **procedência** do Auto de Infração.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 38944/CONJUR/GABSEC/2024

2.3 DA GRADACAO DA PENA

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual 5.887/95.

Conforme o depreendido dos autos, não foram apontadas circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Isto posto, considerando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade e do dano ambiental causado, caracteriza-se a infração aqui analisada em caráter **LEVE**, conforme dita o art. 122, I, da Lei n. 5.887/95, recomendando-se que seja aplicada por este Órgão Ambiental aplicar a penalidade de multa fixada entre **250 a 7.500 vezes o valor nominal da UPF-PA**, nos termos dos arts. 119, II e 122, I da mesma lei.

Portanto, considerando a infração, **sugerimos a fixação da multa simples em 7.500 UPF 'S.**

2.4 DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Cabe destacar que, nos termos da Lei Estadual n.º 9.575/2022, a conciliação ambiental poderá encerrar o processo de infrações ambientais mediante uma das soluções legais previstas em lei a ser avaliadas junto ao Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM.

Nesse sentido, embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 9.575/2022, assim prevê o Decreto Estadual nº. 2.856/2023 que a regulamenta:

Art. 51. A conciliação ambiental poderá ser solicitada em qualquer instância, inclusive quando se tratar de passivos processuais.

§ 1º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se passivos processuais os processos infracionais que tramitaram sob a égide da Lei Estadual nº 5.887, de 9 de maio de 1995, e que não tiveram julgamento definitivo até a data de publicação deste Decreto.

Portanto, cabe a análise pelo NUCAM do pedido de conciliação do autuado, utilizando como parâmetros para os percentuais de desconto na multa do Decreto Estadual n.º 2.856/2023.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela **manutenção do Auto de**



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 38944/CONJUR/GABSEC/2024

Infração n.º AUT-1-S/21-01-00433, sugerindo-se que seja aplicada ao autuado FRIGOL S.A (CNPJ: 68.067.446/0010-68), a penalidade de **multa simples em 7.500 UPF 'S'**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I, todos da Lei instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Por fim, ressalta-se a possibilidade de aplicação das normas constantes na Lei Estadual nº. 9575/2022 acerca da conciliação ambiental, junto ao Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(assinado eletronicamente)
Rebeca Monteiro Reitz
Consultora Jurídica
Matrícula nº 57188118/2

Belém - PA, 26 de Novembro de 2024.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Rebeca de Fátima Monteiro Reitz 26/11/2024 - 15:16;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/MiV3>

